

NOTÍCIAS AFRICANAS

22

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 2 A 8 DE AGOSTO DE 1993

GUINÉ-BISSAU

Entre a lusofonia e a francofonia

Encravada numa região onde predominam as ex-colónias francesas, a Guiné-Bissau tem procurado tirar proveito tanto da capacidade francesa de *sucção* quanto da persistente cooperação portuguesa. Essa dupla atração tem se manifestado mais forte ultimamente com a aparente vantagem do lado francófono.

O médico Domingos Gomes, presidente do influente partido oposicionista guineense Movimento Bafafá, queixou-se há pouco, em Lisboa, que a idéia da lusofonia parece não ter mais defensores. Segundo ele, Portugal nem sempre tem respondido de modo satisfatório aos desejos de maior cooperação expressos não só pela Guiné-Bissau como pelos demais Países (países africanos de língua oficial portuguesa).

Por seu lado, o governo guineense - que tem no presidente "Nino" Vieira um firme defensor da lusofonia - ficou desagostoso com a forte reprimenda que lhe foi passada recentemente pelo presidente português Mário Soares devido ao desrespeito pelos direitos humanos ocorridos após a alegada tentativa de golpe de março passado e pelo continuado atraso no processo eleitoral. (Em tempo, finalmente, as eleições foram marcadas para março de 1994). Além disso, Lisboa passou a condicionar grande parte de sua cooperação ao avanço da democracia em Bissau e não tem mostrado interesse na criação de uma zona monetária do escudo, desejo manifestado já mais de uma vez pelos guineenses.

Com a França as coisas se passam de um modo algo diferente. Enquanto os demais parceiros de Bissau fazem depender a sua ajuda financeira de um sinal verde do Banco Mundial, o novo governo francês de Balladur *firou* o esquema prometendo pôr, de imediato, à disposição da Guiné-Bissau não só renovados meios técnicos como cerca de US\$ 1 milhão, que inicialmente seria destinado a apoiar o balanço de pagamentos mas que será encaminhado à área social, sobretudo educação e saúde. E mais, o Centro Cultural da França em Bissau atua com uma agressividade típica da França no setor cultural.

No entanto, a maior expectativa no mo-

mento está na adesão, ou não, da Guiné-Bissau à zona africana do franco. O ministro guineense das Finanças, Filinto Barros, esclareceu que os trabalhos em curso são "de rotina, com vistas a analisar as vantagens e desvantagens da integração" à Unidade Monetária da África Ocidental. Ele esclareceu que a primeira opção ainda é a da criação de uma zona do escudo e se mostrou ciente de que uma opção pelo franco acarretaria não só um choque cultural como a perda de um certo grau de independência, pois nesse caso a política monetária seria, em última instância, conduzida pela França. Barros acrescentou que, a longo prazo, isso também se traduziria pela substituição do português pelo francês como língua oficial do país. E de lembrar que as gerações que participaram da luta pela independência dominam bem o francês, que é a língua oficial dos dois países vizinhos que serviram de retaguarda durante a luta: a Guiné (Conacri) e o Senegal.

A propósito: quem mais se opõe à integração de Bissau à zona do franco são os dois países francófonos da região: a Costa do Marfim e o Senegal. A área já passa por uma crise forte e a adesão de um país com tanta carência econômica, como a Guiné-Bissau, só faria agravar a situação.

Falta falar de mais um parceiro lusófono: o Brasil. Ainda nos lembramos, nos idos dos anos 70, do interesse do então presidente Luís Cabral por uma aproximação intensa com o Brasil que reforçasse o lado lusófono. O Itamaraty assumiu, de pronto, posições promissoras. Depois, veio a crise do Estado brasileiro e o nosso capital político e cultural ficou empataado, desvalorizando-se continuamente. Restaria a iniciativa privada, como ainda tentou na época o empresário Paulo Protásio. Contudo, o empresariado brasileiro tem, de modo geral, um estranho plano estratégico para a África: pensa somente para o mês seguinte - e só quando o mercado interno aperta.

José Maria Nunes Pereira.

Tome nota

● Criada em Angola uma comissão militar especial para melhor dirigir a guerra contra a Uilta. É chefiada pelo presidente José Eduardo dos Santos e formada pelos ministros e vice-ministros da Defesa e do Interior, pelos chefes do Estado Maior geral e das três armas das Forças Armadas, bem como pelos responsáveis pelas três forças de segurança. Essa concentração de poderes nas mãos dos militares tem também a função de garantir o respeito ao ordenamento militar do Estado e reforçar a segurança externa e interna. A Comissão Militar é assessorada por um ministério restrito e tem poderes legislativos em matérias políticas, económicas e sociais, além das militares.

● A privatização de semáforo moçambicano Domingos causou polémica entre o condócio luso-moçambicano Balda, que o adquiriu, e a cooperativa moçambicana Mediascop, que edita o influente boletim diário *Mediasfor*. Este acusa a transação de permitir aos homens ligados ao governo encontrar uma nova forma de manter o controle da informação. O lado contrário responde que a posição do *Mediasfor* é a de ex-marxistas que descobrem, com a perestroika moçambicana, que o socialismo pode ser bom ganso-pão.

● O quadro partidário de Cabo Verde promete bastante movimentação com as próximas convenções dos três principais partidos, visando as próximas eleições gerais de 1995. O antigo partido governamental, o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), herdeiro do histórico PAIGC, promete a ascensão da "nova geração" com a retirada de Pedro Pires, seu secretário geral e outrora poderoso primeiro-ministro. O partido governamental, o MPD (Movimento Pela Democracia), debate-se com uma crise aberta desde a sua última convenção, em janeiro passado. O desgaste que está sofrendo na relação com o "caso" à economia do país que alguns dos seus dirigentes estariam fazendo. A UCID (União Cabo-Verdiana Independente e Democrática) continua sendo um partido de emigrantes, sem suficiente expressão eleitoral. (JMN)

NESTA EDIÇÃO

MOÇAMBIQUE

- Um adeus português? (Pág. 2)
 - Forças da Frelimo atacaram Renamo (Pág. 3)
 - Regress perhaps (Pág. 3)
 - Pelas barbas de Samora (Pág. 4)
 - o regresso dos feiticeiros (Pág. 5)
- #### ÁFRICA DO SUL
- Mortes na África do Sul (Pág. 5)
 - Negociações e ameaças (Pág. 5)
 - South Africa's ray of light (Pág. 6)
 - Autonomia zulu (Pág. 6)

GUINÉ-BISSAU

- O essencial é a lusofonia (Pág. 6)
 - França aperta cerco (Pág. 7)
- #### CABO VERDE
- A retirada táctica de Pedro Pires (Pág. 8)
- #### ANGOLA
- Santa Margarida "finge de Angola"... e há centenas de cadáveres no Cuito (Pág. 8-9)
 - Luanda desmente cimeira Santos-Savimbi (Pág. 9)

- Luanda? "Tá bon" (Pág. 10)
- Entre a guerra e a paz (Pág. 10)
- Governador do Huambo acusa Cruz Vermelha (Pág. 11)
- Um Savimbi simpático (Pág. 11)
- As banqueiras do povo (Pág. 12)
- Progress, maybe (Pág. 12)
- Dinlo forma 'espíes' dos Palop (Pág. 13)
- Ajuda em céu fechado (Pág. 13)
- Exército está disposto a continuar em Angola (Pág. 14)

Língua portuguesa perde força em Moçambique e há já quem pense no Inglês para "língua oficial"

Um adeus português?

PÚBLICO, 19 7 93

José Pinto de Sá
em Maputo

A língua portuguesa em Moçambique encontra-se em franca perda de velocidade e há quem pense já em substituí-la pelo Inglês como idioma oficial do país. Durante toda a passada semana, o papel do Português no futuro de Moçambique foi prato forte da Conferência Nacional sobre Cultura, que reuniu em Maputo centenas de artistas e intelectuais para definir a "moçambicanidade". Que futuro tem afinal, pelos lados do Índico, a língua de Camões e Craveirinha?

A língua portuguesa é a língua oficial", precisa um documento divulgado no último dia da Conferência Nacional sobre Cultura (CNC). "Mas não] se deve criticar a ideia de que o Estado moçambicano, soberanamente, não possa vir a rever esta situação". A formulação é tímida, mas deixou de imediato todas as orelhas no ar, nos corredores da Conferência.

Moçambique faz fronteira com seis países, todos eles de língua inglesa, incluindo a África do Sul, a mais poderosa nação africana. A integração de Moçambique nesse vasto espaço linguístico permitiria uma maior aproximação entre comunidades de uma mesma etnia separadas por fronteiras políticas, como amiúde sucede em África. Esta perspectiva é cara aos sectores tradicionalistas da sociedade moçambicana, que preconizaram durante a CNC um retorno às formas tradicio-

nais de organização social, incluindo o regresso dos régulos.

O debate entre lusofonia e anglofonia não é novo em Moçambique. Nos anos 60, durante a fase de formação da Frelimo, esta questão foi alvo de viva polémica, finalmente concluída com a adopção do Português como língua oficial da Frente. Chegada a Independência, o assunto foi tido por encerrado durante os 12 anos de governação de Samora Machel, um ardente defensor da Língua Portuguesa em Moçambique.

Trinta anos mais tarde eis que o problema ressurgiu em toda a sua magnitude. Os sintomas são agora visíveis a todos os níveis da nação moçambicana, e não somente entre os "tradicionalistas", que têm feito da questão linguística o seu cavalo-de-batalha.

Em Maputo, tanto nos meios de negócios como nos círculos da diplomacia, o Inglês funciona já há muito como "língua franca". A chegada dos efectivos da Onumoz (ou Unomoz...) não melhorou a situação: se o Português é falado pelos portugueses, já o Inglês é utilizado pelos indianos, zambianos, uruguaios, japoneses, italianos e todos os outros integrantes da força de intervenção das Nações Unidas.

Mineiros e missionários

Também nos meios da juventude urbana, porta-estandarte dos ideais da "modernidade", a tentação pela anglofonia exerce forte impacto.

Bombardados de rádio, vídeo e televisão em Inglês, atraídos pelas luzes de Johannesburgo, os jovens cidadãos contam apenas com as telenovelas brasileiras como motivo de interesse pela língua portuguesa. Se a isto acrescentarmos as tremendas dificuldades com que se deparam os mal-preparados professores de Português, facilmente se compreende que a língua portuguesa não oferece atractivos convincentes a uma juventude à hora do "rap" que vê no cosmopolitismo a via de acesso à modernidade e ao progresso.

No país rural, a entrada do Inglês também não é um dado novo. Pelo contrário, as décadas de emigração em direcção às minas da África do Sul pro-

duziram centenas de milhares de falantes, particularmente entre o campesinato do Sul. As missões religiosas, por sua vez, também contribuíram de forma decisiva para a penetração da língua inglesa no Moçambique rural. Desde o séc. XIX, missionários anglofonos têm desenvolvido trabalho de evangelização no país, representando denominações várias, como sedes na África do Sul ou nos Estados Unidos. Nos últimos anos, o tremendo potencial mediático desenvolvido pelos evangelistas oriundos das Américas não tem deixado de surtir efeitos visíveis.

Ao longo dos anos da guerra, a concentração de centenas de milhares de refugiados moçambicanos em centros situados nos países vizinhos, recebendo assistência de organizações internacionais geralmente utilizando a língua inglesa no seu trabalho de campo, veio produzir ainda mais falantes de Inglês entre uma população para quem o Português nunca deixara de ser uma língua estrangeira ou, pelo menos, uma segunda língua.

Línguas nacionais

É preciso que se diga que a questão linguística moçambicana está longe de ser fácil. Duas dezenas de línguas bantu dividem entre si o imenso país, governado por uma administração multi-étnica lusófona.

Mário Tique é um nome de destaque entre os pintores da nova-vaga moçambicana. Filho de um funcionário ronga colocado em Cabo Delgado, nasceu e cresceu em Pemba, entre makua. Vive em Maputo e namora uma estudante makonde, em Português... "É uma confusão!", comenta. E que língua ensinarão aos filhos? Ronga, makua, makonde?... Certamente Português, à semelhança de toda a intelectualidade.

Para Bartolomeu Tomé, activista cultural e presidente da Associação Cultural Tchova Xita Duma, a língua portuguesa não pode ser vista apenas como "língua oficial". Filho de pai bitonga e mãe chope, ele foi criado em Português e é em Português que educa o seu filho Odorico, de quatro anos. Para ele, a língua portuguesa não é somente a língua materna dos moçambicanos brancos, mas igualmente

dos mulatos, de boa parte da comunidade de origem asiática e de quase toda a elite negra.

Entre os delegados à CNC que entusiasticamente apoiaram a "despromoção" do Português no Estado moçambicano quanto houverá, contudo, que educam os seus filhos em Português? "Todos!", garante o escritor Hélder Muteia, para quem escrever na língua portuguesa surge como uma "coisa natural".

Para a maior parte da intelectualidade moçambicana o Português é a língua materna e deveria ser incluído entre as línguas nacionais, à semelhança do ndau ou do makua, independentemente de permanecer ou não como língua oficial.

Tradição "versus" modernidade

Contudo, o debate sobre as "línguas nacionais" também não é fácil. A saída do Conferência ficou assente que é preciso efectuar o levantamento exacto das fronteiras linguísticas, com vista à introdução das línguas nacionais no Sistema Nacional de Educação, até agora exclusivamente em Português. Esta discussão remonta aos anos pós-Independência, mas a sua aplicação constitui um problema bicudo para o Ministério da Educação, que ainda não se atreveu a passar à prática, pese embora a premissa da matéria.

Língua oficial ou língua nacional, o futuro do Português apresenta-se incerto em Moçambique. Identificado com os partidários da "modernidade", esteve na mó-de-baixo durante a semana de trabalhos da CNC que viu confirmada a ascendência dos "tradicionalistas". Embora a campanha de mobilização que precedeu o evento se referisse ainda ao "mosaico étnico e cultural", um documento divulgado no final da Conferência referiu que "foi salientada a importância de se reconhecer que o núcleo da identidade cultural moçambicana é fundamentalmente bantu".

Continua na pág. 3

Forças da Frelimo atacaram Renamo

AS FORÇAS governamentais moçambicanas atacaram recentemente posições da Renamo na província de Tete, apesar do cessar-fogo em vigor desde Outubro do ano passado — confirmou ontem à France Presse um elemento do Estado-Maior, depois de denúncia feita pelo partido de Afonso Dhlakama.

Os alvos dos ataques dos últimos 17 dias foram zonas que a Renamo ocupava em violação do Acordo Geral de Paz — explicou a fonte militar, a propósito das intervenções nos distritos de Chiúta e Moatize.

"Se isto continuar assim, a

paz poderá continuar em perigo" — alertou o chefe da delegação da Renamo na Comissão de Supervisão e Controlo do Acordo de Paz, Raul Domingos, que levou o caso ao conhecimento do representante em Moçambique do secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello.

A comissão deverá agora estudar tanto aqueles incidentes como algumas dezenas de outras aparentes violações do cessar-fogo, que está cada vez mais periclitante à medida que se arrasta o período que medeia até à organização de eleições gerais e presidenciais, que já tiveram de

ser transferidas de Outubro deste ano para o último trimestre de 1994.

Entretanto, Governo e Renamo efectuaram ontem a primeira reunião preparatória da formação do futuro Exército unificado, de que os soldados sairão em partes iguais dos dois antigos beligerantes.

O treino vai começar dentro de poucas semanas e ser ministrado pela Grã-Bretanha, pela França e por Portugal, sendo os oficiais essencialmente preparados no aquartelamento de Nyanga, no Zimbábue, por instrutores britânicos.

Continua, porém, por resolver o problema do acantonamento de todas as tropas da Frelimo e da Renamo, pois que as duas partes ainda não conseguiram chegar a acordo sobre

os 49 pontos que acolherão as suas forças, após 16 anos de guerra e quase 10 meses de uma paz bastante precária.

Segundo a agência Lusa, até agora só foram definidos 28 pontos de acantonamento, seis dos quais se encontram prontos para receber os efectivos de uma e outra parte, sendo sabido que a parte governamental tem muito mais tropas a desmobilizar do que a antiga guerrilha, cujos efectivos eram menores.

Todas as partes que acompanham o processo moçambicano acham da máxima conveniência concretizar a formação das futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique antes de se organizarem as eleições, mesmo que estas eventualmente tenham de esperar ainda mais uns 16 ou 18 meses. ■

Regress, perhaps

MOZAMBIQUE'S Frelimo government troops and its Renamo rebels should be disarming. They aren't. Can the peace agreement laboriously reached nine months ago survive?

The United Nations operation in Mozambique—7,000 people from an outfit known as Onumoz, backed by a \$320m budget—has opened six of the planned 49 assembly-points where 62,000 government and 20,000 Renamo fighters were to have gathered to be disarmed. Hardly any have gone to them.

Without disarmament, the political half of the peace plan will stall. The UN special representative, Aldo Ajello, an Italian diplomat, has repeatedly stated that he will not allow elections to go ahead until both sides disarm. He aims to avoid the mistakes made in Angola, where the UN had a mandate only to monitor disarmament, not conduct it, and where elections went forward though everyone knew the UNITA rebels had not disarmed.

The trouble is that neither the govern-

ment nor Renamo thinks disarmament is in its interest. If Renamo disarms, it will have lost most of its bargaining power. Its best and brightest—in other words, anyone with any education—are already serving as civilian administrators in rebel-controlled areas. Under arrangements made by the Red Cross, many of Renamo's thousands of child soldiers are being returned to their families and civilian life. Renamo needs its remaining fighters to maintain its power in the vast areas it controls.

For his part, President Joaquim Chissano does not want to see his army without arms, unless Renamo is similarly stripped. Many of his soldiers are refusing anyway to disarm until they get the substantial back pay they are owed. Mr Chissano and the Renamo chief, Afonso Dhlakama, were meant to meet in the capital, Maputo, to find a way out of the impasse. The meeting was abruptly called off this week.

Joint Frelimo-Renamo committees, which were to have implemented details of the peace arrangements, have also failed to materialise, mostly because Renamo has not sent its delegations to the capital. Its

men had not got the appropriate uniforms, Renamo said. The excuse may even have been genuine. The Italian government had sent uniforms, but the consignment was seized by customs authorities because it was marked as agricultural equipment for an aid organisation. By the time this was sorted out, the uniforms, stored in a warehouse, had been stolen.

Despite the presence of thousands of idle, armed soldiers scattered about the country, a peace of sorts has held on the ground. Mozambique's farmers have produced a good harvest. Last year, says the World Food Programme, nearly 4m people needed food aid, this year only about 1m. Thousands of Mozambican refugees continue to stream back across the borders. The question is how long this relative calm can last. Reports are coming in of increasing armed banditry in the countryside. This week it emerged that Renamo had captured (and later released) 27 people, including one priest and several policeman, in Salamanga in Maputo province. Mozambique's fragile peace hangs in the balance. ■

Continuação da pág. 2

Um adeus português?

Comentando as conclusões gerais da Conferência, e particularmente onde se afirma que "a cultura moçambicana é africana de raiz bantu, sendo os elementos europeu e asiático influências que devem ter aquela raiz bantu como seu suporte", o ministro da Cultura e Juventude, Mateus Katupha, reconheceu, no discurso de encerramento da CNC, que se torna portanto inútil discutir "se devemos ou não promover os valores sócio-culturais deste grupo maioritário, nomeadamente administração da justiça, lin-

guas, indumentária, culinária e tradições religiosas, entre outras. Vitória da "autenticidade" em todas as frentes!

Espremido entre a irresistível ascensão do tradicionalismo bantu e o "cerco anglofono", que resta afinal ao Português?

Cinco, quatro ou três?

Enquanto isso, o British Council constrói uma biblioteca em plena Baixa de Maputo, iniciam-se as obras para um centro cultural franco-moçambicano orçado em 14.000 milhões de francos e está iminentemente a edificação de um centro cultural islâmico anexo a

recém-inaugurada mesquita no Alto-Maé.

Parece claro que a sobrevivência do Português em Moçambique passa por um esforço concentrado, onde Portugal terá uma palavra a dizer. Único orador português na CNC, o presidente do Instituto Camões, Luís Adão da Fonseca, ofereceu livros e prometeu apoio à divulgação da língua portuguesa em Moçambique. Bem preciso é!

A lusofonia já perdeu Goa e Timor, na confusão entre política e cultura. Agora, a Guiné-Bissau parece irresistivelmente atraída para a esfera da francofonia. Será que os cinco viram quatro? Ou viram três?... ■

Moçambique recebe 95 milhões

O PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aprovou um plano de assistência quinquenal a Moçambique no valor de 95 milhões de dólares. Uma fonte do Ministério da Cooperação de Moçambique revelou ontem em Maputo que o fundo será aplicado em diversas áreas, mas o maior beneficiário desta ajuda será o sector da saúde. A mesma fonte referiu que, perante a actual realidade do país, se pretende melhorar a gestão técnica dos serviços de saúde, o atendimento médico e o controlo das epidemias. ■

PÚBLICO, 20/7/93

Privatização de jornal gera polémica na imprensa moçambicana

PÚBLICO, 24.7.93

Pelas barbas de Samora!

José Pinto de Sá
em Maputo

Em Moçambique está em curso o processo de cedência da gestão do semanário "Domingo" a uma empresa com capitais luso-moçambicanos. O diário independente "Mediafax" atirou-se com unhas e dentes à operação, arrastando para viva polémica Augusto Carvalho, ex-director do "Expresso" de Lisboa. Já se falou de jogos políticos obscuros, de tauronomia nas embaixadas, dos proprietários do PÚBLICO e, até, das barbas de Samora Machel...

A polémica do "Domingo" começou à sexta-feira. No dia 16, a folha informativa "Mediafax" publicava um artigo de grande dureza onde se afirmava que "a anunciada entrega do 'Domingo' à exploração privada não passa de mais uma machadada na incipiente liberdade de imprensa que se vive". Assinado por Fernando Lima, correspondente do "Expresso" em Maputo e membro da Mediacoop, proprietária do "Mediafax", o artigo insurge-se contra a operação, que considera "tutelada por personagens ligadas ao poder instituído", sugerindo "uma nova sofisticada na forma de manter um controlo da informação".

No seu comentário sobre o perfil das figuras de proa da novel empresa que vai gerir o semanário, Fernando Lima descreve Correia Paulo, jornalista moçambicano administrador da Ealda, como "um homem de mão do antigo ministro da Segurança, Jacinto Veloso".

Quanto a Augusto Carvalho — que afirma, no entanto, não estar directamente envolvido na operação e encontrar-se em Moçambique ligado a um projecto para o ensino superior —, é descrito como "o director do falido 'Europeu'" e "figura conhecida do Palácio da Ponta Vermelha", congénere moçambicana de Belém.

Fernando Lima conclui que "é triste que um profissional com a sua estatura se envolva em jogos políticos obscuros, contratos de duvidosa legalidade, não hesitando em atropelar de passagem os seus colegas moçambicanos".

A resposta não tardou. "[Lima], como não podia deixar de ser, faz intriga, especula, inventa", acusava Albino Magaia, o delegado do Ministério da Informação na Sociedade Notícias (SN), proprietária do "Domingo", destacado para o "trabalho delicado das reprivatizações". E considerava, por sua vez, "uma pena que a imoralidade intelectual ande à solta, se passeie pelas embaixadas a tourear pessoas honestas".

Num artigo publicado com destaque no "Notícias", Albino Magaia descrevia a posição do "Mediafax" como "característica de alguns ex-marxistas que descobriram, graças à 'perestroika' moçambicana, que o sensacionalismo pode ser um bom ganho-pão".

E o delegado do Governo despede-se: "Até sempre, camarada Lima! Parece que ganhar o pão sem usar Marx é um pouco mais complicado do que pentear as barbas de Samora."

No dia seguinte era domingo e não havia "Mediafax", mas a polémica foi retomada logo na segunda-feira, com Lima a retribuir os cumprimentos: "Se há ou não marxistas dentro da Mediacoop, isso nem sequer foi assunto até aqui. Mas, sabemos, Albino Magaia foi e é membro do partido Frelimo, a principal referência histórica do marxismo em Moçambique."

Na origem do "bate-boca" está a cedência de gestão do semanário "Domingo" à Ealda (Editores Associados Lda), por um período de cinco anos, com opção de compra a negociar no final desse prazo ou ainda antes, se as condições se revelarem "propícias".

O "Domingo" é um tabloide ilustrado, a duas cores, fundado há dez anos pela Sociedade Notícias, igualmente proprietária do diário "Notícias", de tendência pró-governamental, do semanário desportivo "Desafio" e da revista infantil "KKurika".

Recentemente criada, a Editores Associados, reúne a Sociedade Notícias e a Emirec, propriedade de Correia Paulo e de Augusto Carvalho, uma empresa de gestão que conta com a RTPI-Moçambique na lista dos seus clientes e que, entre outras funções, "trata a imagem de empresas e personalidades do meio local".

A entrega da gestão do "Domingo" à Ealda integra-se num plano mais vasto de "reprivatização" da SN que passa pela autonomização dos seus vários títulos. Para este fim, o Ministério da Informação nomeou como delegado da Sociedade Notícias o jor-

nalista veterano Albino Magaia, que durante muitos anos foi director da revista "Tempo".

A cedência do semanário à Ealda pelo delegado do ministério foi acordada com o Banco de Moçambique, principal proprietário da SN, que em breve deverá convocar uma assembleia geral da sociedade para o dia 27 de Agosto. Se considerarmos o imbróglio legal que representa a SN — uma empresa que ninguém sabe bem a quem pertence, mas que nunca foi nacionalizada, e cujo valor se ignora, pois há seis anos que não tem contabilidade —, a assembleia que promete.

No entanto, a cedência de gestão do "Domingo" está virtualmente nas mãos da Ealda e a assinatura do contrato é questão de dias. Fernando Lima, firme opositor da operação, começa por levantar a dúvida sobre "a própria legalidade da nomeação do delegado para a sociedade", comentando que as suas publicações não têm estatuto editorial por não estar definida a situação jurídica da SN.

E Lima acrescenta que também "não há conselhos de redacção porque não há estatuto". Afirmando que a cedência do "Domingo" se fez sem explicações prévias aos accionistas, "dado que formalmente se trata de uma sociedade anónima", Fernando Lima questiona se "não deveria ter-se efectuado um concurso público, dando possibilidades aos moçambicanos e a empresas moçambicanas de concorrerem à exploração" do jornal.

Augusto Carvalho foi peremptório ao afirmar ao PÚBLICO que o contrato a assinar não é de "divuidos legalidade", já que foi elaborado de comum acordo com a Ealda, o delegado do Ministério da Informação, o Banco de Moçambique e a direcção do "Domingo", com plena aprovação do pessoal do semanário.

Para Augusto Carvalho, a entrega do "Domingo" à Ealda só encontrou oposição de alguns jornalistas, actuais colegas de Lima no "Mediafax", que teriam visto frustradas anteriores tentativas para assumir o controlo do semanário em proveito de projectos da Mediacoop.

Fernando Lima afirma que não houve consulta prévia real às bases da empresa e nega em absoluto que a Mediacoop tivesse intenções de transformar o "Domingo" no semanário "Savana", que projecta editar em breve. A opera-

ção constitui, para Fernando Lima, um jogo político obscuro, mediante o qual o Governo entregou o "Domingo" à Ealda em troca do "retoque de imagem" de Joaquim Chissano para as eleições, marcadas para Outubro do próximo ano.

Embora admita "nutrir respeito e amizade" pelo Presidente Chissano, Augusto Carvalho nega a existência de qualquer acordo político secreto entre a Ealda e a Frelimo.

Comentando as críticas de Lima aos capitais portugueses a investir no projecto "Domingo", o antigo director do "Expresso" acusa-o de xenofobismo e pergunta-lhe: "Sabia que o principal diário português, o PÚBLICO, é propriedade de portugueses, de espanhóis e italianos?"

Para Augusto Carvalho, os grandes investimentos programados permitirão modernizar e informatizar o "Domingo" por forma a transformá-lo num semanário de grande qualidade, que não tenha de se envergonhar diante dos seus congéneres europeus.

Os investimentos são moçambicanos e portugueses, revelou Augusto Carvalho, escusando-se a citar nomes, mas confidenciando que os sectores bancários estão envolvidos.

Hilário Matuse, secretário-geral da Organização Nacional de Jornalistas, declarou ao PÚBLICO que o seu sindicato vê com bons olhos um acordo que possibilite o relançamento do semanário e considera bem-vindos os investimentos. Para o líder sindical, o contrato é positivo, desde que sejam respeitadas as cláusulas que protegem os postos de trabalho e a liberdade editorial do "Domingo".

Se as coisas se ficarem por aqui, não é certo. Augusto Carvalho diz preferir dar por encerrado este "episódio de cozinha", mas Fernando Lima diz que gostaria de levar o caso ao recém-criado Conselho Superior de Comunicação Social, de que é membro, embora duvide da eficácia da medida, dada a inoperância real da instituição.

Correia Paulo, no entanto, já anunciou, em carta lacónica enviada ao "Mediafax", que resolveu não dar o assunto por concluído, antes tendo decidido "encaminhá-lo para o fim adequado".

O regresso dos feiticeiros

Refinaldo Chilenge
correspondente
em MAPUTO

DIZ que nasceu na Tanzânia em 1971, morreu aos 17 anos, ressuscitou ao terceiro dia e trabalha com raízes. O seu nome é Sofrimento Ningore, da etnia guerreira dos macondas. Afirma-se curandeiro e possuidor de poderes sobrenaturais.

Ao som de batuques e cantares dos ajudantes, Ningore desfere pesadas batidas sobre uma catana cuja lâmina está encostada ao peito do paciente, besuntada com um produto negro e oleoso, com pequenas interrupções para passar umas pinceladas com um rabo de boi e, por fim, recomendar: «Não deves fazer amor nem tomar banho nas próximas 48 horas. Ferve e bebe uma solução de três folhas de planta de batata doce e uma folha de milho trituradas e moderadamente aguadas e faz do respectivo sumo o teu primeiro banho. Terás o corpo imune a todos os males e sorte por 50 anos!»

Verdade ou mentira, o certo é que os serviços de Sofrimento Ningore, prestados na sua própria residência na «zona militar», em Maputo, são diariamente procurados por dezenas de pessoas de todas as classes sociais de Moçambique e dos países vizinhos. Entre os seus clientes encontram-se funcionários de representações diplomáticas e consulares acreditados em Maputo, principalmente dos países africanos e islâmicos.

Lúcia Liguni, 22 anos, nascida em Cabo Delgado, casou em 1988, manteve uma vida matrimonial sem conceber até que, em 1992, recebeu tratamento de Ningore na Beira, deu à luz um rapaz a 28 de

Abril passado, segundo ela, graças aos poderes milagrosos daquele médico tradicional, que a curou de uma enfermidade uterina de que a medicina moderna não lograva livrá-la.

Lúcia e o marido, satisfeitos com os resultados do tratamento do «médico» Sofrimento Ningore, estão a promover uma verdadeira campanha publicitária pró-Ningore, através de anúncios na imprensa escrita, apelando a outros casais «infelizes» a recorrerem à perícia do jovem feiticeiro, «porque resulta sempre».

Os serviços de Ningore rapidamente ganharam fama em Moçambique e na região austral da África. Já viajou pela Suazilândia, Botsuana, Zimbábue e África do Sul, onde, para além de responder às solicitações dos clientes, aperfeiçoou a sua arte, que designa por «medicina tradicional». Alegadamente por causa da idade, recusou presidir à delegação da organização de curandeiros da sua região natal, Moeda, e aceitou «com muita relutância» a vice-presidência da Associação dos Médicos Tradicionais do Zimbábue, que integra também feiticeiros do Botsuana.

Cruzada evangelística

Optimista ao falar da sua profissão, afirma ter levado alegria a muitos lares ao curar muitos casais que não conseguiam ter filhos. Sofrimento Ningore iniciou um «projecto ambicioso», que é o de criar farmácias tradicionais nas cidades de Maputo e Beira, faltando apenas um contacto oficial com o Ministério da Saúde.

Não está sozinho nas suas acções em Moçambique. São também famosos no país cu-

randeiros como Guanisse; Mungói e os «chees» Abd e André (que se dizem mandatários do profeta Alá), para além de várias seitas religiosas, nomeadamente a dos Doze Apóstolos e a Igreja Universal de Deus, que afirmam possuir poderes sobrenaturais capazes de curar doenças e afastar maus espíritos.

Com o patrocínio da Igreja Assembleia de Deus, o reverendo alemão Reinhard Ronke chega amanhã a Maputo para efectuar uma «grande cruzada evangelística» em Moçambique entre os dias 27 de Julho e 1 de Agosto. Em panfletos e díscos afixados em diversas partes da capital moçambicana afirma-se que o pastor vai rezar pelos doentes, entre outras actividades milagrosas. A última vez que Ronke efectuou uma missão à África Austral foi em 1986, no Zimbábue.

Num país como Moçambique, cuja sociedade sofre os demolidores efeitos da guerra e de sucessivas calamidades naturais, clientela não falta, e indicadores oficiais dizem que 70 por cento da população moçambicana (cerca de 16 milhões de habitantes) recorre regularmente à medicina tradicional, não mais por convicção e fé mas como refúgio ou alívio do pesado fardo da luta pela sobrevivência.

Guanisse, por exemplo, diz que aos 17 anos de idade, movido pela força dos espíritos sobrenaturais dos antepassados, correu loucamente até ao mar, onde involuntariamente mergulhou e permaneceu, «fora de si», durante 19 meses, a «cursar medicina tradicional» nas profundidades das águas do Oceano Índico, emergindo posteriormente na costa do Chinde, na província da Zambézia, munido de «dois espíritos» extraordinários e

apto a curar doenças e a afastar os maus espíritos.

Por seu turno, Mungói nasceu e vive na província de Gaza. Durante a guerra teve problemas com guerrilheiros da Renamo e soldados da Frelimo, com os primeiros porque lhe roubavam gado e com os segundos porque o julgavam simpatizante dos «matsangas», como na região são conhecidos os combatentes do movimento de Afonso Dhlakama.

A história era simples: caso os homens de Afonso Dhlakama raptassem ou roubassem elementos da população da «área de jurisdição» de Mungói, os atacantes adoeciam de seguida, e como os guerrilheiros quase sempre se faziam acompanhar de feiticeiros-curandeiros nas suas marchas, estes descobriam que a origem da doença era efeito dos espíritos de Mungói. O mal passava imediatamente após a libertação dos cativos da região daquele médico tradicional.

Isso fez com que os guerrilheiros evitassem lançar incursões na região de Mungói, o que levantou suspeitas entre a tropa governamental.

Mungói foi uma vez levado, juntamente com a família, por um comandante da Frelimo, e todos foram submetidos a sevícias, sob a acusação de simpatizarem com os combatentes da Renamo. Era verdade? «Nada disso, e que nós queríamos era a paz para viver e trabalhar à vontade.»

Mungói diz que o tema central das suas conversas, tanto com os comandantes da guerrilha como com os do exército governamental, era que nenhuma das partes envolvidas nas hostilidades em Moçambique venceria pela força das armas. «É o que acabou por acontecer», gaba-se.

Mortes na África do Sul

HOMENS armados abateram seis viajantes negros a sangue-frio, quando ontem viajavam num pequeno autocarro a leste de Joanesburgo, e o Partido Inkatha, a que pertenciam, considerou-se perante «uma tentativa desesperada» de fazer abortar o processo de paz que está em curso na região. Vinte e cinco outras pessoas tinham sido mortas durante o fim de semana em diversos incidentes; e o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, manifestou-se preocupado com a hipótese de a violência na África do Sul vir a atingir nos próximos meses uma escala nunca vista: «Receio que a democracia possa ser afogada em sangue». Quase 200 pessoas já foram mortas desde que, há 15 dias, foi marcada a data de 27 de Abril de 1994 para eleger uma Assembleia Constituinte. ■

PÚBLICO, 24.7.93

Negociações e ameaças

O **PARTIDO** Conservador (CP, extrema-direita branca) e o Inkatha, do chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, anunciaram, no último fim-de-semana, que não regressariam à mesa das negociações multipartidárias sobre o futuro constitucional do país. Buthelezi diz apostar na hipótese de um fórum negocial alternativo, que reúna todos os partidários da opção federalista, e Ferdi Hartzenberg, dirigente do CP, afirma que o seu partido só voltará a participar no processo negocial quando for reconhecido o direito à autodeterminação da comunidade afrikander.

Na terça-feira, o líder da Frente do Povo Afrikander (AVU), general Peter Groenewald, ex-responsável pelos serviços de informação militar sul-africanos, afirmou, em entrevista à agência Lusa, que a AVU recorrerá às armas se os afrikanders não obtiverem um território independente, contando, para tal, com o apoio de «503 mil efectivos com experiência de combate em Angola e outros países vizinhos». O Governo e o Congresso Nacional Africano decidiram prosseguir as negociações sem a presença dos conservadores e do Inkatha. EXPRESSO, 24.7.93

South Africa's ray of light

THE ECONOMIST, 24.7.93

SOUTH AFRICA was offered a new—draft, incomplete and temporary—non-racial constitution this week. It has been drawn up mainly by the African National Congress and the National Party and, though the document is still officially under wraps, a blazing reaction from the Inkatha Freedom Party is already foreseeable.

The document provides for a new, permanent constitution to be drawn up within two years by a new body composed of a national assembly and a senate, sitting together. Election to this new body would be based on party-list proportional representation. The make-up of its executive would also reflect party votes; a government of national unity, in effect, though proposals for its powers are not even drafted yet.

The new body would have to follow constitutional principles now being negotiated; these would later be embodied in a bill of rights within the permanent constitution. To pass clauses of that constitution, majorities of two-thirds would be required.

So far, so reasonable. The trouble will come from the provisions for breaking potential deadlocks. If no two-thirds majority is available, a simple majority can send the draft to a body of experts and, with their approval, ultimately to a national referen-

dum, where a 60% vote will be enough. If that is not reached, in the last resort the constitution-making body can be dissolved and re-elected—and from then on a simple majority will suffice.

The jargon is dense, the meaning simple: the safeguards that minority parties such as the Afrikaner diehards and Inkatha may count on can be watered down. Even the entrenched principles and their application can be referred to the constitutional court. That should prove more of a safeguard for minorities than the reverse. Whether they think so is another matter.

A second big point is the power of regional governments, dear to Inkatha, which reckons it will dominate the Zulu areas. These too will spring from assemblies elected by PR, and they too will have PR-based executives—which could put a spoke, at least for a time, in Inkatha's wheel.

The regions will have no real say in fixing national budgets, and limited powers of their own; the general principle being that if the central government can do the job more efficiently, then it shall. How that is to be—indeed can be—decided is not clear.

One thing, though, is certain: the regions will have no police powers. Given South Africa's ethnic oddities, that could well benefit

those who belong to what is, locally, a minority. But again, those who look forward to holding at least regional power may see things differently.

The proposed bill of rights too may come under fire. Though it will cover the usual headings, one "right" significant in South Africa is not among them: land-ownership. The bill will not forbid capital punishment, only too familiar in South Africa.

Inkatha, already boycotting the constitutional talks, seems unlikely to return to them on this basis. How others will react—not least the ex-army officers busy thundering on the Afrikaner right—is unclear. The draft, though given to the negotiators and the press, is under a fierce embargo (rigorously respected by *The Economist's* local correspondent, by the way) until it is formally tabled on July 26th.

For many South Africans, the document, even in draft, must be a beacon of light. For the first time in a century, black and white are to be put, in law at least, though economic reality is another matter, on equal footing. For some, it is a ray at best, even a ray of darkness. As ever when empires fade, the conflicts that they suppressed have sprung up afresh.

Filme nazi retirado na África do Sul

PÚBLICO, 26.7.93

A ALEMANHA retirou do cartaz de um festival de cinema sul-africano um filme nazi de propaganda anti-semita, na sequência de protestos. "Jud Süss", um dos mais célebres filmes de propaganda nazi, realizado em 1940, deveria ser projectado na próxima semana, no decurso de um festival organizado pelo jornal sul-africano "Weekly Mail". Mas, face aos protestos da orga-

nização judaica Jewish Board of Deputies, a companhia germânica detentora dos direitos não permitiu a projecção da obra, declarou o porta-voz do festival, Pat Sidley. O filme conta a história de um rico comerciante judeu que conquistou as boas graças de um Estado alemão e utiliza a sua posição para esmagar com impostos a população não-judaica. ■

ATAQUE EM IGREJA SUL-AFRICANA — Pelo menos cinco pessoas foram ontem mortas numa igreja anglicana de Kenilworth, um subúrbio branco da Cidade do Cabo, quando homens negros armados de metralhadores AK-47 irromperam no local e abriram fogo, ao mesmo tempo que lançavam granadas de mão, informou a polícia. Um número indeterminado de feridos foi transportado de imediato para os hospitais locais. PÚBLICO, 26.7.93

Autonomia zulu

O REI Goodwill Zwelithini afirmou ontem a 50.000 súbditos, concentrados num estádio do Soweto, que os zulus querem a autodeterminação e não aceitam uma Constituição sul-africana que não respeite a

sua individualidade. Acompanhado pelo principal político da sua tribo, Mangosuthu Buthelezi, chefe do partido Inkatha, o soberano acusou o Governo de Frederik de Klerk e o ANC de quererem acabar com a entidade própria de cada etnia, a começar pela zulu, que é maioritária na África do Sul. ■ PÚBLICO, 26.7.93

Presidente do Movimento Bafatá ao PÚBLICO PÚBLICO, 25.7.93

O essencial é a lusofonia

Jorge Heitor

O líder de um dos principais movimentos da oposição ao PAIGC diz não compreender por que é que a ideia de lusofonia não é mais levada à prática, pois que isso ajudaria a resolver muitos problemas. E admite vir a ser candidato à sucessão de "Nino" Vieira na Presidência da Guiné-Bissau.

Domingos Fernandes Gomes, o médico de 42 anos que dirige o Movimento Bafatá, declarou ao PÚBLICO que "seria um gravíssimo erro político" Portugal virar-se demasiado para a Europa, esquecendo todos os seus antigos laços com África, que deveriam ser a base de um relacionamento mais eficaz com aquele continente.

"Não compreendo por que é que a ideia de lusofonia defendida pelo Bafatá desde há seis anos não tem mais seguidores" — disse-nos o homem que vê no estreitamento dos

laços entre as antigas colónias e Portugal um caminho a seguir, para que (por exemplo) Moçambique não tenha eventualmente de se transferir para a órbita dos interesses britânicos e a Guiné-Bissau não venha a cair na esfera de influência dos franceses.

Domingos Gomes, antigo director do Hospital Simão Mendes, em Bissau, que há sete anos entrou em dissidência com o regime liderado por João Bernardo Vieira, entende que Portugal nem sempre terá correspondido suficientemente a todos os desejos de aprofundamento da cooperação que existem

nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Razão pela qual eles às vezes se viram para outros horizontes.

"O Movimento Bafatá é uma das principais forças, se não a principal, de oposição ao PAIGC; e tem condições para ganhar as eleições de Março do próximo ano. Mas a preocupação principal é que a oposição ganhe, para o que há que constituir uma ampla frente" — afirmou-nos este político, que considerou "absurdos" alguns rumores de

Continua na pág. 7

França aberta cerco à Guiné-Bissau

PÚBLICO, 20.7.93

NADA INDICA que a Guiné-Bissau vá aderir, pelo menos nos próximos tempos, à zona do franco — declarou ontem ao PÚBLICO o ministro guineense das Finanças, Filinto Barros, que (a propósito de notícias divulgadas em Lisboa durante o fim-de-semana) esclareceu estarem unicamente em curso trabalhos de "rotina" com vista a analisar as vantagens e desvantagens da integração numa zona monetária.

Filinto Barros explicou que o seu Governo ainda não tem uma opinião definida sobre esta matéria, estando simplesmente a considerar todas as hipóteses que permitam ao país sair da crise. E lembrou que o Presidente João Bernardo Vieira, "Nino", propôs por diversas vezes a Portugal e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a criação da zona do escudo, mas sem qualquer resultado concreto.

Asseverou que este assunto vai ser de novo debatido em Lisboa em Setembro, num encontro dos ministros das Finanças dos PALOP e de Portugal e que Bissau continua a defender com interesse a opção escudo, tal como encara

a alternativa de vir a pertencer à União Monetária da África Ocidental (UMOA).

O arranjo monetário celebrado com Portugal em Março de 1987 e suspenso três anos depois, por incumprimento do Governo de Bissau, é considerado pelo ministro uma prova de boa vontade do Governo português, "mas insuficiente para as pretensões" guineenses.

Confrontado com o impacto da possível adesão à zona monetária francesa, Filinto Barros reconheceu o choque cultural e a perda de um certo grau de independência, pois neste caso a política monetária passaria a ser delineada pela França.

Na sua óptica, até a língua portuguesa seria a longo prazo substituída pelo francês, que "já hoje oferece maiores horizontes técnicos, culturais e científicos, mercê da acutilância do Centro Cultural francês em Bissau".

O exemplo filipino

O exemplo das Filipinas foi dado por Filinto Barros, para ilustrar o seu pensamento, dizendo que foi a coopera-

ção económica e financeira com os Estados Unidos a ditar o fim do espanhol nesse país. E reconhece que os hábitos de consumo das populações também seriam afectados, pois a maior parte dos produtos importados são de origem portuguesa e Portugal continua a ser o principal parceiro comercial da Guiné-Bissau.

Evocando a necessidade de realismo nas relações interestaduais, o titular das Finanças não acredita que a França esteja interessada em financiar a compra de produtos portugueses, mas vai adiantando que gostava que a cooperação com Paris não venha a limitar a actividade comercial existente com Portugal.

Embora fale da UMOA como alternativa a uma zona do escudo, Filinto Barros assume-se como um verdadeiro defensor de uma integração económica regional, com a inclusão da Nigéria e do Gana, países com maior nível de desenvolvimento, dispondo de mercados mais amplos e menos exigentes que os europeus. Defende ainda que os países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental devem trabalhar no sentido de uma real integração económica e financeira, que lhes permita afirmarem-se como potenciais interlocutores da Comunidade Europeia.

A UMOA tem vindo entretanto a experimentar dificuldades, devido aos sérios problemas económicos que os seus membros enfrentam, sobretudo Senegal e Costa do Marfim, dois países que não

vêm com bons olhos a possibilidade da entrada de Bissau na zona do franco.

A França tem sido o grande patrocinador da aproximação da Guiné-Bissau à sua área de influência. Por isso, numa altura em que os demais parceiros deste país faziam depender a sua ajuda da libertação da terceira tranche pelo Banco Mundial, o Governo de Eduard Balladur "furrou" o esquema, disponibilizando meios técnicos e financeiros de apoio, num gesto que aumentou o número daqueles que apoiam o casamento gaulês. Neste momento, Paris tem em Bissau técnicos de alto gabarito a trabalhar em áreas sensíveis da economia, como Tesouro, Alfândegas e sector energético.

De acordo com o ministro, os cinco milhões de francos disponibilizados pelo Governo francês para apoiar a balança de pagamentos irão ser utilizados essencialmente na ajuda à área social, designadamente saúde e educação, e no abastecimento de combustível à empresa franco-guineense de electricidade e água. A verba, cuja primeira fatia será em breve libertada, passa a ser gerida pelo representante da cooperação francesa em Bissau, Philip Bonnet, um homem muito querido pelos governantes guineenses e que terá um papel importante numa reunião dos países da UMOA a ter lugar em Paris logo a seguir ao encontro de Setembro dos ministros dos PALOP e de Portugal. ■

António Soares Lopes, em Bissau

Continuação da pág. 6

O essencial é a lusofonia

que poderia em breve vir a renunciar à direcção do seu partido.

"O Bafatá quer dialogar com todas as forças políticas e defende um candidato único da oposição à Presidência da República, a escolher por consenso" — acrescentou Gomes, que se considera disponível para tal papel "se esse for o desejo nacional".

Governo de Unidade Nacional

De qualquer modo, seja quem for que ganhe as presidenciais e as legislativas, julga que o importante é vir a surgir um Governo de Unidade Nacional, para se conseguir resolver a "crise sócio-económica" extremamente grave que se vive na Guiné-Bissau, onde "o povo tem já plena consciência dos seus direitos e um alto grau de politização".

Se o PAIGC acaso ganhar as eleições de 27 de Março, Domingos Gomes aceita que o Bafatá participe num Governo

com esse e outros partidos. Tal como acha que num executivo dirigido por forças da actual oposição o grupo de "Nino" Vieira também deverá ter lugar, apesar da "gestão desastrosa" por ele efectuada.

O importante para este médico virado político é que se evite a todo o custo um clima de violência e que se faça uma transição na base do diálogo e da cooperação entre todas as partes, com "tolerância e respeito pelos direitos humanos". Pois que só a democracia pluralista dá garantias à sociedade africana, embora tenha de ser "adaptada à realidade específica" do continente.

Domingos Gomes defende "uma reflexão profunda sobre a implementação da democracia na cultura africana", partindo do princípio de que "não é de forma alguma a ditadura que irá resolver os problemas da África". Ou seja, já se sabe o que não interessa, mas ainda não se sabe muito bem o que é que de facto poderá resultar; e ultrapassar o crescente fosso que afasta os povos africanos do desenvolvimento conseguido pelos europeus. ■

DELEGAÇÃO REGRESSA DA GUINÉ — A delegação portuguesa que foi à Guiné-Bissau prestar apoio técnico ao processo eleitoral marcado para Março de 1994 regressa hoje a Lisboa. A directora do Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral, Lucinda Almeida, manteve contactos com o primeiro-ministro da Guiné, Carlos Correia, e com outros membros do Governo. A chefe da missão portuguesa, citada pela agência Lusa, considerou que a data marcada para as eleições permite a elaboração de um calendário eleitoral normal, tudo dependendo do apoio do Governo de Bissau e suas estruturas. Esta é a segunda diligência que os técnicos do Ministério da Administração Interna fazem na Guiné e está prevista uma terceira se tal for solicitado por Bissau.

Colaboração com C. Verde

A UNIDADE de Educação de Adultos da Direcção-Geral de Educação Extra-escolar (UEA-DGEX) do Ministério da Educação da República de Cabo Verde e a Unidade de Educação de Adultos da Universidade do

Minho (UEA-UM) assinaram um protocolo de cooperação, a vigorar nos próximos dois anos, pelo qual a UM se compromete a "assegurar de forma prioritária o apoio técnico-pedagógico às acções de formação levadas a cabo pela UEA-DGEX", assim como orientar acções de formação nas áreas da educação de adultos para os educadores em Braga e Cabo Verde. ■

A retirada táctica de Pedro Pires

PÚBLICO, 26.7.93

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

A vida partidária em Cabo Verde deverá conhecer nas próximas semanas momentos animados. Tanto o PAICV como a UCID, na oposição, encontram-se em vésperas de congressos e o próprio partido do Governo, MPD, começa a admitir a hipótese de antecipar a sua convenção nacional. Entretanto, Onésimo Silveira já tem data para a entrada em cena do seu Espaço Democrático.

No Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), é já um dado adquirido que o antigo primeiro-ministro Pedro Pires não se irá candidatar a um novo mandato de secretário-geral. Durante o próximo congresso, previsto para os dias 27, 28 e 29 de Agosto, o presidente do grupo parlamentar do PAICV, Aristides Lima, um antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Sílvino da Luz, e, possivelmente, um ex-ministro do Desen-

volvimento Rural, João Pereira Silva, são os possíveis candidatos à sucessão de Pires.

Dos três, Aristides Lima, o único cuja candidatura está neste momento confirmada, parece ser o mais bem posicionado, sobretudo se prevalecer a tese de que a "nova geração" deve assumir as rédeas do PAICV. Aliás, o afastamento de Pedro Pires surge como consequência da renovação que os dirigentes desse partido foram obrigados a efectuar após a sua derrota nas eleições de 1991.

É convicção mais ou menos generalizada que o PAICV tem poucas possibilidades de voltar ao poder enquanto Pires se mantiver na liderança. E o facto de nos encontrarmos a dois anos das próximas eleições faz com que se procure desde já o próximo "cabeça de lista" do PAICV.

Na União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), cujo congresso está marcado para os dias 5 e 6 de Agosto, na cidade do Mindelo (ilha de São Vicente), o ambiente não é dos melhores. A reunião está a ser precedida de uma acesa disputa pública entre algumas das alas que constituem esse partido, nomeadamente o grupo dos "ibéricos", liderado por Celso Celestino, e o dos EUA, chefiado por John Wahnou. E desse confronto resultou já uma tentativa de destituir o actual presidente, Antero Barros.

Para além de traçar o futuro da organização, a tarefa mais relevante desse congresso será a

eleição de uma nova direcção, que terá como missão, unificar as diversas alas do partido, tarefa um tanto difícil tendo em conta as velhas rivalidades pessoais que sempre caracterizaram a UCID.

Fundada há 16 anos na Holanda, a UCID tem sido essencialmente um partido de emigrantes e até hoje a maior parte dos seus dirigentes vive no exterior. Celso Celestino, até aqui radicado em Portugal, Francisco Silva, residente em São Vicente, e John Wahnou, que há cerca de um ano fixou residência nessa ilha, são os candidatos a Presidente da organização.

Dissidência no MPD

Por sua vez, no Movimento Para a Democracia (MPD) a situação interna parece ter-se deteriorado desde a última convenção, realizada em Janeiro, sobretudo após a remodelação governamental que se seguiu e afastou Jorge Fonseca do ministério dos Estrangeiros, num ajuste de contas com Carlos Veiga.

Num sinal de que a convicção não tem sido fácil no MPD, dois dos dirigentes — Daniel Lobo e Germano Almeida — pediram recentemente o seu afastamento dos órgãos directivos do partido, tendo-se chegado a temer que outros seguissem a mesma via.

Face a isso, alguns sectores do MPD admitem a hipótese de se

convocar a convenção nacional de modo a pôr cobro à forma como o partido tem vindo a "descharacterizar-se", segundo a opinião de um dirigente, defensor dessa ideia. Resta contudo saber se Carlos Veiga estará disposto a um novo embate num órgão em que saiu derrotado há sete meses.

A convenção extraordinária serviria para dar um novo alento ao MPD, cuja imagem tem vindo a degradar-se aos olhos da opinião pública, sobretudo devido à forma como certos dirigentes ou governantes vêm "assaltando" a esfera económica do país.

No meio disto tudo, quem parece estar à espreita do melhor momento para entrar em cena é o presidente da Câmara Municipal do Mindelo, Onésimo Silveira, que nos dias 14 e 15 de Agosto realiza a assembleia constitutiva do seu Espaço Democrático, que nascerá como associação cívica, mas que depois deverá evoluir para partido político.

Em termos estratégicos, Silveira parece estar a jogar com o facto de tanto o MPD como o PAICV possuírem neste momento um nível de aceitação bastante baixo junto da população. Por outro lado, visto que a UCID continua longe de ser a alternativa aos dois principais partidos, aquele autarca e os seus amigos parecem dispostos a conquistar o estatuto de terceira força.

Resta-lhes, contudo, o desafio de contornar a resistência que poderão encontrar em Santiago, a principal ilha de Cabo Verde. ■

Direitos humanos em África

VERA DUARTE, juíza do Supremo Tribunal de Justiça e presidente da Associação dos Escritores de Cabo Verde, foi eleita para a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, tornando-se a primeira mulher a integrar este organismo. A comissão está ligada à Organização de Unidades Africanas e a eleição de Vera Duarte significa que, pela primeira vez, um país lusófono africano está ali representado. A comissão foi instituída em 1979, na sequência de uma grande massacre na República Centro-Africana, tendo elaborado uma Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Actualmente, a comissão debate a hipótese de criar um tribunal africano de justiça que julgue os crimes contra a humanidade cometidos no continente. ■

PÚBLICO, 23.7.93

Unicef ajuda Angola

O COMITÉ português da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) lançou ontem um apelo para o financiamento de projectos em cinco áreas de ajuda às crianças de Angola. Nutrição, água e saneamento, saúde, auxílio de emergência e educação são as áreas que os projectos pretendem atingir, de modo a beneficiar as maiores vítimas do reacender da guerra civil. "Metade das mortes de crianças com menos de cinco anos prende-se com a fome", aponta a Unicef, referindo-se a um país em que a mortalidade materna é de 600 mulheres por cada mil nado-vivos. ■

PÚBLICO, 22.7.93

Operação Orion 93 prepara eventual intervenção portuguesa PÚBLICO, 26.7.93

Santa Margarida "finge de Angola"...

O EXÉRCITO executa a partir de hoje uma série de operações no Campo Militar de Santa Margarida, com uso de forças operacionais constituídas por pára-quedistas e comandos e apoio táctico da Força Aérea. O exercício tem o nome de código Orion 93, é o maior exemplo de mobilização de

forças de elite, desde o 25 de Abril, e o teatro operacional imaginado tem larga semelhança com Angola.

O Estado-Maior do Exército anunciou que o Orion 93 se destina a testar a capacidade operacional das forças para intervirem em missões de paz "fora de área". O

exercício mais expressivo, a realizar no dia 23, implica a tomada de um aeródromo, o controlo de pontos estratégicos de uma cidade e a sequente abertura e protecção de corredores terrestres seguros para prestação de apoio humanitário e retirada de civis. Há menos de uma

semana, em Moçambique, o ministro da Defesa, Fernando Nogueira, deixou entender que as Forças Armadas portuguesas não podiam deixar de encarar a eventualidade de Portugal ser solicitado a facultar uma força operacional para a missão de paz em Angola. ■

Ministros angolanos criam comissão militar para apoiar o Presidente PÚBLICO, 21 7 93

Luanda desmente cimeira Santos-Savimbi

UM PORTA-VOZ do Governo angolano desmentiu ontem a preparação de um encontro entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, embora fontes de Luanda admitam a sua eventual realização.

A notícia fora veiculada pelo oficioso "Jornal de Angola", que anunciara que três dirigentes africanos estavam a organizar uma cimeira para ajudar a resolver a crise angolana. O Presidente Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, Nelson Mandela, líder do ANC sul-africano, e o rei Hassan II de Marrocos desejariam que o encontro se realizasse em Rabat, até 15 de Setembro.

Vlademiro Vaz, o porta-voz presidencial, sublinhou que a assinatura pela UNITA do pro-

ocolo elaborado em Abijan seria muito mais importante que uma tal cimeira.

No entanto, fontes "próximas do poder" diziam em Luanda à France Presse que o Presidente teria, em princípio, dado o seu acordo a um emissário dos três líderes africanos. Segundo o "Jornal de Angola", esta iniciativa teria sido formulada na recente reunião da Organização de Unidade Africana e mereceria a aprovação da Administração Clinton, desde que "não fuja ao quadro dos Acordos de Bicesse, das resoluções da 'troika' de observadores e do Conselho de Segurança da ONU".

Também ontem, o representante das Nações Unidas em Angola, Alioune Biondi Beye, deslocou-se ao Huambo com o

objectivo de se encontrar com Jonas Savimbi, depois de conversações em Luanda com o Presidente José Eduardo dos Santos e os observadores.

No plano militar, prosseguem os combates na província do Bié, tendo o ministro da Defesa, general Pedro Maria Tonha, "Pedalé", anunciado que as forças governamentais tinham recuperado terreno e que "a UNITA está a ser expulsa de algumas posições anteriormente ocupadas na cidade do Cuíto". Na outra capital provincial também cercada, Menongue, no Cuando Cubango, o governador local tomou medidas "extraordinárias", tendo decidido encerrar a actividade de todas as empresas e "enquadrar os seus trabalhadores nos grupos de defesa civil".

Entretanto, o Conselho de Ministros angolano decidiu ontem criar uma comissão militar para "apoiar o Presidente José Eduardo dos Santos na condução da guerra com a UNITA", noticiou ontem a Lusa. Reunido extraordinariamente, o Conselho de Ministros discutiu a actual situação político-militar do país e optou pela criação de um Conselho de Ministros restrito, presidido por José Eduardo dos Santos e com poderes legislativos em matérias militares, políticas, económicas e sociais. Na mesma reunião foi decidido criar uma secretaria de Estado para apoio aos antigos combatentes. As decisões do Conselho de Ministros serão enviadas à Assembleia Nacional para discussão e eventual ratificação. ■

Gabinete de crise

O GOVERNO angolano criou uma comissão militar especializada, sob a direcção directa do Presidente Eduardo dos Santos, para assegurar a direcção estratégica da guerra contra a UNITA, garantir o equipamento das Forças Armadas e superintender na segurança interna e externa. Dela fazem parte os ministros e vice-ministros da Defesa e do Interior, os chefes de estado-maior (geral e dos três ramos das Forças Armadas), assim como os responsáveis pela segurança, interna, externa e mili-

tar. Entretanto, o Conselho de Ministros decidiu também prorrogar por mais um mês o prazo para o recrutamento de jovens, entre os 20 e os 22 anos, que deveria terminar no fim de Julho. Menos de metade dos jovens entre os 20 e os 22 anos apresentaram-se às inspecções para recrutamento, revelou o ministro da Defesa. ■

UNITA reconhece

A UNITA reconheceu que os tiros disparados contra um avião da ONU em missão humanitária, no dia 15 de Julho, foram de autoria

de forças suas, devido a "erro técnico de comunicação". Em relatório dirigido ao representante da ONU em Angola, o movimento de Savimbi assegura ter tomado medidas para "evitar que incidentes semelhantes se repitam no futuro". O incidente de Mbanza-Kongo provocou a suspensão das operações humanitárias em todo o território. ■

Combates intensos

OS COMBATES no Cuíto e em Menongue, duas capitais provinciais há meses cercadas pela UNITA, subiram de intensidade "nas

últimas 24 horas", disse ontem à Lusa uma fonte militar de Luanda. No Cuíto, antiga Silva Porto, verificaram-se combates "corpo a corpo" na zona do Hospital Municipal, sendo os militares governamentais auxiliados por "forças de defesa civil" na tentativa de impedir que a UNITA ocupe o aeroporto. A rádio oficial angolana divulgou um apelo da população local, dirigido à ONU, ao Presidente Eduardo dos Santos, a Jonas Savimbi e ao cardeal D. Alexandre do Nascimento, pedindo a suspensão das hostilidades e o imediato restabelecimento das operações de ajuda humanitária. ■

PÚBLICO, 22.7.93

... e há centenas de cadáveres no Cuíto

HÁ NAS ruas do Cuíto, capital da província angolana do Bié, centenas de cadáveres em avançado estado de putrefacção, após nove dias de encarniçados combates entre as forças governamentais e os homens da UNITA, que desde o início do ano cercavam a cidade — disse ontem ao emissor local da rádio oficial um porta-voz do Exército, enquanto o comandante da polícia afirmava que as tropas fiéis a Luanda continuavam, apesar de todas as di-

ficuldades, a controlar a zona do aeroporto.

A rádio da UNITA afirmou entretanto que o partido de Savimbi tomou, durante o fim-de-semana, Zenza do Homem, que fica na fronteira da província do Cuanza com a do Bengo, a uns 120 quilómetros da capital. E fonte militar declarou à agência Lusa, em Luanda, que os rebeldes pretendem — após a previsível conquista do Cuíto e do Menongue, capital do Cuando Cubango — avançar pela pro-

víncia de Benguela, rumo à costa. Mas a mesma fonte também disse que as Forças Armadas Angolanas "libertaram no fim-de-semana" a estratégica vila da Quibala, dois dias depois de terem "limpo" os arredores da Gabela, igualmente na província do Cuanza Sul, no prosseguimento de uma guerra sem solução à vista. E vão agora tentar reconquistar Waku Kungo, à beira da estrada que de Luanda se dirige ao Huambo.

Enquanto isto, o ministro

angolano dos Negócios Estrangeiros, George Moose, está desde ontem em Washington, para conferenciar com o secretário de Estado adjunto dos Assuntos Africanos, George Moose, e pedir eventualmente equipamento militar, pois Luanda nem sequer garante o controlo efectivo de um quinto do território nacional. Com ele encontra-se o novo embaixador de Angola em Londres, Toni da Costa Fernandes, dissidente da UNITA. ■

Luanda? "Tá boa"

PÚBLICO, 22.7.93

Das nossas enviados, Ana Sá Lopes
e Fernando Veludo (foto), em Luanda

"Luanda? Tá boa...". Ao primeiro embate, o luandense quase sempre responde assim. Depois, quando se demora, com as palavras escorre uma desolação, à imagem da cidade. Luanda é capital de um país torturado pela guerra, que, há uns tempos, pensava ter acabado.

Com os seus olhos de homem-bom e meio sorriso sereno no rosto, Marcelino Moco, o primeiro-ministro, cortou ontem a fita de inauguração da FILDA — Feira Internacional de Angola — onde pontificam os expositores nacionais e 66 portugueses. Ao contrário do que aconteceu no ano passado, em que a Espanha, o Brasil e a Itália se fizeram amplamente representar, desta vez os estrangeiros desertaram: a guerra e a instabilidade afastaram os actores económicos da feira de Luanda e, desta vez, só Portugal a acompanha, uma participação que é apontada por muitos empresários como essencialmente política ou simbólica.

Luanda? "Tá boa". É assim que, às primeiras, um luandense reage à pergunta. Mas, aos poucos, se é para demorar, saltam-lhe à face sorrisos cansados, e as palavras ganham um peso tremendo. Luanda está farta da guerra, a dor do Huambo e Cuito estão à flor da pele, é uma capital cansada, de gente cansada, uma desilusão imensa parece atacar todos quando o assunto é o mesmo. Ninguém sabe o que "ele" quer... Aqui, ele é o "homem da mata", Jonas Savimbi, que deu a ordem de guerra.

É uma cidade cheia de retirantes, fugidos das zonas de baixo de fogo. Crianças em bandos procuram vender de tudo, carniças, livros, bombons, tabaco, comprimidos de Paracetamol. É uma cidade onde, já se sabe, mas sempre se estranha, ver as prateleiras vazias das farmácias que pouco mais oferecem ao público que leite para bebé e cremes anticelulite: é um golpe para o estômago.

As gentes da classe alta, angolana e portuguesa, têm os seus filhos em Lisboa, por causa da guerra, mas em muitos casos não só.

É uma cidade onde o "banco" funciona 24 horas por dia, moto contínuo nas esquinas ranchos de mulheres que vivem dos câmbios paralelos, seguram nas mãos

grossos maços de notas de kuanzas, que trocam por escassos dólares.

O sentimento básico é outro tipo de obra: à água imprópria para beber, junta-se o lixo amontoado nas ruas, os dois são responsáveis pelas doenças que têm consumido a população. A água vai faltando muitas vezes, de vez em quando há cortes de luz, ouvir tiros à noite é normal.

É uma cidade desolada que há um ano viveu uma enorme euforia e agora vai vendo morrer lá longe centenas de pessoas por dia. Não restam vestígios do "homem da mata" em Luanda. Depois dos "três dias" — é assim que aqui se fala do fim-de-semana alucinante de Outubro em que muitos adeptos e quadros da UNITA em Luanda foram mortos — desapareceu das ruas tudo o que fosse referência a Savimbi e ao seu partido. O Hotel Turismo, quartel-general da UNITA durante o tempo da esperança, e hoje totalmente destruído na sequência dos três dias, é a imagem que resta.

Mas, no entanto, como quem ainda espera uma segunda volta, mantém-se na praça ex-Maria da Fonte — onde em cuja placa central havia uma estátua da heroína da Póvoa do Lanhoso e hoje está um tanque com uma pomba da

paz por cima —, um placard do MPLA que alterna, em poucos segundos, três mensagens: "Democracia agora é lei, vote sem medo, o seu voto é secreto"; "Direitos iguais, certeza de paz"; "José Eduardo dos Santos, o futuro tranquilo".

É luz no fundo do túnel? Ninguém sabe bem como responder à pergunta fatal, as opiniões dividem-se, mas no meio da desolação total parece existir uma desalmada fé. Há quem pense que a solução militar é a única possível e acalente a esperança de que os Estados Unidos venham armar o MPLA o suficiente para afastar a UNITA.

Ou então: "O José Eduardo dos Santos há-de ter um dia que chamar o homem, dar metade do poder", diz um luandense que é anti-UNITA, mas está visivelmente cansado.

É um tempo de incertezas nesta Luanda farta de guerra e cansa, onde impressiona a sobrevivência à dor, aos salários baixíssimos, ao galopar da inflação, aos 30 anos de guerra devastadora.

E, contudo, a par de um desespero plácido, percebe-se nos outros um calor inquestionável. Em Luanda, estamos na época do cacimbo, vinte e poucos graus, Inverno para os luandenses. ■

CCPM sai no fim do mês

A COMISSÃO de Coordenação Política Militar (CCPM) acaba no fim do mês, confirmou ontem o PÚBLICO um diplomata português. Na prática, a CCPM era já um órgão vazio desde o seu abandono pela UNITA, após os confrontos de Luanda. O embaixador António Monteiro e seus homens abandonaram a capital angolana no dia 31 de Julho, após mais de um ano de permanência contínua. O acompanhamento do processo angolano deixa assim de

ser feito directamente por Portugal, ficando em exclusivo nas mãos das Nações Unidas.

O adeus de António Monteiro (que foi o rosto de Portugal no processo de paz angolano) será assinalado com uma festa de despedida, já apazada para o Hotel Tivoli. O PÚBLICO tentou ontem contactar o embaixador português, que não esteve disponível. O seu gabinete confirmou, no entanto, o fim do mandato da CCPM. ■ A.S.L. PÚBLICO, 22.7.93

Entre a guerra e a paz

A GUERRA intensifica-se em Angola, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, que hoje passa por Lisboa, diz que tudo está a ser feito para que as conversações com a UNITA sejam retomadas antes de 15 de Setembro, data estipulada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Segundo fonte militar de Luanda disse à Lusa, as tropas da UNITA apertaram quarta-feira e ontem o cerco à cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango, ao mesmo tempo que intensificaram os

PÚBLICO, 23.7.93

bombardamentos ao Cuito, capital da província do Bié.

De acordo com tal fonte, elementos da UNITA estão a travar confrontos directos com as primeiras linhas de defesa dos governamentais no Menongue, mas a tomada dessa cidade, do Cuito e de Malanje está a revelar-se muito mais difícil do que no mês passado se chegara a crer.

Disse o militar citado pela agência noticiosa portuguesa que o partido de Jonas Savimbi desejaria agora ocupar rapidamente Menongue, para depois concentrar um maior número

de efectivos no Cuito, onde desde há mais de uma semana se noticiam combates corpo a corpo, ruas inundadas de cadáveres e uma população a sobreviver à custa de raízes.

Sempre conforme a mesma fonte, a UNITA desejaria ter um "corredor seguro" da Jamba a Menongue, Cuito e Huambo, solidificando assim a sua presença em todo o centro do país e aventurando-se depois a caminho de Benguela. Mas a verdade é que nas últimas semanas não tem havido reviravoltas sensacionais no desenrolar da guerra, como se já toda a gente estivesse demasiado cansada e nenhuma das partes con-

seguisse levar definitivamente a melhor sobre a outra.

A oposição armada ao regime angolano movimentou-se com relativa facilidade em cerca de 80 por cento do território, mas não foi capaz de entrar na estratégica província de Cabinda, nem de alcançar sequer os subúrbios de Luanda e de outras cidades importantes, como Benguela, Lobito e Lubango.

Ou seja, o poderio das tropas de Jonas Savimbi não é tanto quanto aqui há um mês se chegou a julgar e as Forças Armadas governamentais estão a reagir melhor do que muitos julgariam possível; de onde, o aparente impasse a que se está a assistir desde o fim de Junho. ■

Governador do Huambo acusa Cruz Vermelha

PÚBLICO, 24.7.93

BALTASAR Manuel, o último governador do Huambo, é um bundo — tribo onde a UNITA é maioritária — e, como Savimbi, é um "mais velho": tem 51 anos, 12 de exílio nos Estados Unidos por ter integrado a FNLA. Combateu o MPLA monpartidário, mas hoje integra o seu Comité Central, depois de ter recusado convite da UNITA. Em conversa com o PÚBLICO, em Luanda, Baltasar Manuel faz grandes críticas à actuação da Cruz Vermelha em Angola. A organização, diz, "não consegue hoje saber quantas pessoas a UNITA tem nas prisões", e "vai ao Huambo e não consegue trazer todos os portugueses" — "deve haver ainda montes de portugueses

no Huambo", a menos "que tenham sido todos mortos".

O governador do Huambo já não acredita em negociações, não obstante a fraqueza das Forças Armadas de Angola (FAA). "Um exército destruído não se reconstrói de um dia para o outro", diz. "Angola tem um problema grave que é a reconstrução do exército." Actualmente, afirma Baltasar Manuel, as Forças Armadas seguem uma "política de contenção", mas "preparam dentro de pouco tempo uma réplica à UNITA".

A data limite que as Nações Unidas deram à UNITA — até 15 de Setembro — é considerada pelo Governador "uma sentença de morte a milhares de angolanos". Diz Bal-

tasar que o prazo escolhido "foi apenas para dar tempo ao sr. Beye... ver se, como é africano, pode ser melhor que a inglesa Margaret Anstee". A previsão do governador é que, no fim do prazo, "virá outro relatório a dizer que o sr. Beye não conseguiu, e oxalá não mandem outro elemento".

50 mil mortos?

Dos comandantes que têm vindo a chegar ao Huambo, o governador tem informações de que devem ter morrido cerca de 50 mil pessoas, não só à bala, mas por falta de medicamentos: "No Huambo continua ainda a morrer gente."

"Destruiu-se tudo o que é civilização e hoje, por ironia do destino, o povo que votou em graus bastante elevados a favor da UNITA, o povo do Huambo, é o que mais está a sofrer na pele e na carne." Os deslocados, cerca de 20 mil, encontram-se principalmente em Luanda, Huila e

Benguela.

Dos EUA, Portugal e outros "países civilizados", o Governador gostaria de ver chegar "ajuda não só humanitária, mas militar". Diz que "não é com palavras que podemos desalojar um dos maiores monstros de Angola" e defende o envio de tropas da ONU para "desarmar o infractor". Mais: "Se o sr. Savimbi continuasse a resistir contra a ONU, dever-se-ia dar ordem de captura para ser julgado como criminoso de guerra, um dos maiores criminosos a sangue-frio que anda à solta a conversar com as entidades do mundo. O Ocidente sempre foi contra os terroristas, mas o Savimbi é um terrorista amável..."

Em Lisboa, onde inicia na segunda-feira uma visita, o governador do Huambo encontrar-se-á com o secretário de Estado da Cooperação, Briosos e Gala, e vai dizer aos repatriados portugueses "cuja verdadeira pátria é o Huambo" que voltem a Angola, para em conjunto regressar ao Huambo. ■ A.S.L.

Um Savimbi simpático

PÚBLICO, 24.7.93

O contraste entre o Dhlakama e o Chissano que o Canal 1 nos deu ontem, ao princípio da madrugada, não poderia ter sido maior: de um lado, o homem sorridente, em mangas de camisa, sentado no meio da selva; do outro, o estadista discreto, engravatado, no jardim do seu palácio.

Independentemente do que cada um disse, dentro das posições que já lhes conhecemos, a imagem que ficou para a generalidade dos espectadores do programa de Maria Elisa foi a de um líder da Renamo simpático, fácil de se ouvir, e a de um Presidente da República na defensiva, sem grande poder de comunicabilidade com o grande público.

Decerto que não estamos aqui a formular juízos políticos nem a manifestar preferências por este ou aquele partido, mas simplesmente a constatar que Afonso Macacho Marceta Dhlakama está a conseguir levar a água ao seu moínho, apresentando-se aos portugueses como uma espécie de Savimbi mais cativante, igualmente adversário do "marxismo", mas sem o "ar de mau" que nos últimos anos tem feito perder alguma popularidade ao chefe da UNITA.

A comparação ocorre-nos porque, num caso como noutro, há movimentos que combatem com tenacidade poderes de há muito instituídos e que tudo têm feito para conseguir sobreviver à queda de regimes comunistas de que eram aliados. E há líderes que se identificam de tal modo com esses movimentos que correm o risco de os adversários lhes chamarem ditadores, tal o vazio que criam à sua volta, não permitindo que se imponha qualquer vontade diferente da sua.

Posto isto, compreende-se um pouco melhor, depois de ver entrevistas como as inseridas na "Marcha do Tempo", como é que um homem de apenas 40 anos tem conseguido evoluir, desde que há uma dúzia de anos as contingências da política africana o fizeram surgir à frente de um grupo que muitos consideram uma autêntica máquina de guerra e nada mais.

Em Roma, com toda a sua dureza, Afonso Dhlakama conseguiu impor uma divisão, na prática, entre o país da Frelimo e o da Renamo. E a partir daí iria de exigência em exigência, até ao actual debate sobre se conseguirá ou não ter direito a designar os governadores de algumas das províncias, como as de Namputa e Sofala.

Claro que o Presidente Joaquim Chissano diz que não e que muitos observadores entendem que a Frelimo, apesar de tudo, apesar de todos os erros do passado, continua a ser a força maioritária em Moçambique. Mas o seu adversário, com artes de velha raposa, vai-lhe torpedeando o jogo e fazendo arrastar o mais que pode o processo de transição, talvez na esperança de ao longo dos próximos 15 ou 20 meses a Renamo conseguir melhorar bastante a sua imagem.

Entretanto, a Frelimo ainda tem por desmobilizar muitas dezenas de milhares de homens e a Renamo uns quantos milhares, pelo que se mantém o perigo de a guerra vir a ser reatada, se acaso apodrecer suficientemente a frágil paz que tem vindo a existir desde Outubro do ano passado.

É precisamente neste clima que a Operação das Nações Unidas em Mo-

çambique (Onumoz) vai realizar agora uma investigação às acusações feitas pela Renamo de que o Governo utilizou este mês meios militares contra ela na província de Tete. E, enquanto isto, o representante especial da ONU no país, o italiano Alóe Ajello, tenta uma vez mais promover o tão adiado encontro Chissano-Dhlakama.

Desde há muito aqui temos vindo a falar dos riscos de incidentes, de violações do cessar-fogo e do perigo de um malogro parcial de tudo aquilo que com tanto esforço se foi conseguindo de 1990 a 1992 nas modestas instalações da comunidade romana de Santo Egidio. Só restando esperar que Moçambique jamais venha a conhecer, a curto ou médio prazo, as suas batalhas do Huambo ou do Cuito. A dor e o sofrimento já são suficientes para que fiquem por onde estão.

A ONU, a Organização de Unidade Africana, Portugal, a Itália, a Grã-Bretanha, a França, o Zimbábue e os Estados Unidos bem têm tentado conseguir o cumprimento do Acordo Geral de Paz, mas deparam sempre com a diferente interpretação que os antigos beligerantes dão ao que entre si combinaram (ou foram obrigados a assinar).

Entretanto, o Presidente Chissano mantém-se fiel às suas tradições de velho diplomata, desde há muito bem visto em Washington, apesar de ter herdado um sistema de conotações marxistas; e Afonso Dhlakama procura ser um Savimbi simpático, tentando granjear apoios que ainda lhe faltam. ■

Jorge Heitor

Dias de cacimbo na capital de Angola PÚBLICO, 24.7.93

As banqueiras do povo

Ana Sá Lopes (texto)
e Fernando Veludo (fotos)
em Luanda

Luanda, que diziam ter sido terra de muitas e desvaídas cores, não tem brancos nas ruas. Com mais poder económico, e temerosos, os brancos andam de automóvel e correm para sítios fechados. À praia, ainda vão. Ao Roque Santeiro, a "bolsa de valores de Angola", poucos devem ter ido.

Na farmácia não tem, no Roque Santeiro, sim: aspirinas, por exemplo. O Roque Santeiro é uma imensidão belíssima de gente, visto de cima, com a baía de Luanda ao fundo. Três quilómetros de mercado, ao ar livre, organizadíssimo: aqui as farmácias, além o peixe frito com moças à roda, depois móveis, comidas, animais, carvão, barbearia, e por todos os lugares há mulheres a enrolar os cabelos e outras ao pé das brancas com que aquecem os ferros.

O Roque Santeiro nasceu com a passagem da telenovela do mesmo nome na TPA (Televisão Popular de Angola), quando vários mercados paralelos dispersos pela cidade se juntaram num descampado à beira do Sambizanga, um dos muaseques mais pobres e com um elevado índice de criminalidade de Luanda. Ali compra-se de tudo, incluindo contratos para serviços de "matar ou disciplinar".

O Roque Santeiro é o grande banco de Luanda, ou uma autêntica "bolsa de valores de Angola", como lhe chamou um empresário português. Transita por ali muito mais dinheiro do que pela sede do Banco Nacional, que, aliás, procura defender-se como pode: compra dólares ao preço do mercado oficial, sete mil kuanzas, e vende-os ao preço do paralelo, 33 mil, está na lei. Mas de resto, quem

vai vender dólares ao banco com os imensos bandos de mulheres pelas esquinas a acenar aos transeuntes com maços gigantes de kuanzas?

A novidade desta semana foi o lançamento da nota de 50 mil kuanzas. Houve advertências oficiais para que a nova nota não sirva para fazer subir os preços, mas apenas para facilitar os negócios. Sendo que um kuanza não vale nada (um dólar, igual a 160 escudos, igual a 33 mil kuanzas), uma das questões de quem se vai aguentando no meio do caos económico é como carregar — e contar — as centenas de notas que lhes engordam os bolsos. O povo das ruas não parece ter destes problemas.

A Baixa de Luanda tem as casas a cair aos bocados, mas por ali circula um parque automóvel notável, inabitual num país do Terceiro Mundo. Haverá uns "esquemas", diz-se, que fazem com que um Volkswagen Passat consiga ser comprado por metade do preço do respectivo alarme. O luandense feliz diz que comprou um carro para o alarme.

Os brancos andam dentro dos carros. Luanda, terra de café e leite, não tem brancos nas ruas. Nem sempre é de repente que os brancos assumem que não andam nas ruas por medo. É por "estarem a trabalhar" ou porque "as coisas ficam longe umas das outras". O racismo económico é uma marca tenebrosa de Luanda: temerosos com o crescendo de assaltos e acreditando que o povo com fome, desmobilizado, com armas e filhos pela mão, associa branco a dinheiro, os portugueses reguardam-se em interiores. À praia ainda vão, mas agora, na época do cacimbo, menos.

Ficar até ver

Carlos Campaniço é um empresário português de 40 e poucos anos, que veio para Angola na adolescência, foi-se em 76, mas regressou no início de 80. Maneja vários negócios: um trading, que está completamente parado, uma agência de viagens que não passa bem, e uma empresa de segurança "que neste momento é o que está a dar". Almoçámos no restaurante do sr. Peixoto, o Panquê, no largo do Kinaxixi. Enquanto comemos o "bife à Peixoto", Carlos Campaniço jura que não

abandona Luanda, enquanto puder: "A ir embora, serei dos últimos".

O sr. Peixoto, português furioso do Benfica, está há 30 anos em Angola, e esteve fora, como Campaniço, alguns anos depois de 76. Agora, "não há mais guerra nenhuma que me tire daqui", diz. Carlos Campaniço afirma não conhecer empresários retirantes. Porque os que vieram a seguir a Bicesse, à procura do Eldorado, esses o dr. Campaniço não considera empresários, mas sim "aventureiros".

Paulo David, director substituto do escritório da Sofomil em Luanda, vive também por aqui há 30 anos, mas já mandou para Lisboa a mulher e filhos, logo antes das eleições. A empresa tinha obras em curso, hoje paradas por causa da guerra. Estavam a construir o aproveitamento hidroeléctrico do Lomsaum, frente a Benguela, que hoje está ocupado pela UNITA. Os trabalhadores foram embora para Portugal, já que "o

que há a fazer é movimentar papéis e isso a gente faz". Isto correu mal, mas o não funcionamento de Luanda causou um grande sucesso à empresa. Como os telefones só funcionam quando calha, o último grito em Luanda são os radiotelefonos, um êxito comercial para a Sofomil.

A Tertir, empresa de transitários, diminuiu para metade o volume de negócios desde o recrudescer da guerra. Está à espera de abrir delegações no Lobito, Namibe, Cabinda, Soyo e Malange. "A espera de ver a situação da guerra", cujo fim o seu director comercial pensa ser "muito para breve". A fé é explicada "porque o povo está cansado da guerra" e "a UNITA vai voltar à mesa das negociações".

Pedro Teixeira é um "export manager for Africa" de 28 anos, da empresa Soguima. Tinha grandes investimentos planeados em Angola, "mas está tudo parado até a situação se clarificar". Entretanto, viram-se para Moçambique, "o mercado oferece mais garantias": "Não há tantos interesses em jogo, pode ser que o processo de paz seja diferente." Trabalhar em Angola, por enquanto, "é uma aventura". "Aqui, o banco é na rua. A bolsa de valores de Luanda é o Roque Santeiro. A pessoa tem que orientar-se pelo que se passa no Roque Santeiro." ■

Progress, maybe

THE ECONOMIST, 24.7.93
FROM A CORRESPONDENT IN LUANDA

FRESH talks, blue helmets, food-relief flights—the noises the United Nations is currently making about Angola, which has Africa's bloodiest civil war, sound untypically optimistic. Is there any ground for this? The UN's new man in Luanda, Alioune Blondin Beye, a Malian ex-foreign minister, seems to think so. On July 8th, barely a week after arriving in Angola, he managed to persuade the UNITA rebel chief, Jonas Savimbi, to meet him. The last time his predecessor achieved this feat was in January.

Mr Beye flew into Huambo, UNITA's self-styled capital, to be greeted by a crowd of 4,000. In a four-hour meeting, Mr Savimbi repeatedly stressed his willingness to return to the negotiating table and to allow a nationwide UN food-aid effort to go ahead. It was just the kind of start Mr Beye had wanted; and a triumph of sorts for Mr Savimbi, who had demanded the resignation of Margaret Anstee, Mr Beye's British predecessor, because, he claimed, she did not know enough about Africa.

It was at least light in a dark tunnel. The original UN-brokered peace deal broke down last September in rancour and then bloodshed, after UNITA lost the election that it provided for. Peace talks in Abidjan

Continua na pág. 13

Dinfo forma 'espiões' dos PALOP

EXPRESSO, 24.7.93

O SERVIÇO de Informações Militares, SIM (ex-DINFO), está a alargar rapidamente a sua cooperação com instituições congéneres dos países africanos lusófonos, no âmbito da qual se estabeleceram já programas de intercâmbio de informações e acções de formação técnica.

Ainda na semana passada terminou no Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, um curso de segurança, organizado e ministrado por oficiais do SIM a 14 quadros das «secretas» militares daqueles países. De Angola vieram seis elementos e igual número de Moçambique, enquanto S. Tomé e Cabo Verde enviaram um militar cada. A Guiné-Bissau, apesar de convidada, esteve ausente, aparentemente por razões «logísticas».

O curso teve a duração de uma semana e o seu programa incluía matérias como segurança física e de instalações, observação visual e técnica, contra-espionagem, etc. Antea, os instruídos tinham frequentado um outro curso, com a duração de quatro semanas, cuja temática geral era a informação estratégica. Os cursos são subvencionados pelo SIM, que inclusivamente toma a seu cargo o alojamento dos instruídos na messe de Caxias.

A cooperação do SIM com os seus homólogos dos PALOP assume naturalmente maior expressão no que toca a Angola e Moçambique. O ministro da Defesa, Fernando Nogueira, fez incluir na comitiva que levou a Moçambique dois oficiais superiores do SIM, um dos quais um coronel responsável pela informação estratégica.

Rede clandestina trabalha em Portugal

Esta cooperação é de forma deliberada rodeada de grande discrição por parte do SIM, tendo em conta factores que virtualmente a tornam controversa. Apesar das transfigurações por que passaram as «secretas», em particular as de Angola, Moçam-

bique e Guiné-Bissau, é certo que ainda funcionam de acordo com antigos padrões policiais e repressivos. As situações transitórias ou indefinidas de Angola e Moçambique também tornam sensível esta cooperação, uma vez que pode ser interpretada como beneficiando uma das partes em conflito.

Em Abril, o SIM estabeleceu mesmo um programa de intercâmbio de informações e cooperação técnica com o SSE (Serviço de Segurança Estratégica) de Angola. Foi este o resultado da visita a Lisboa de uma equipa de «notáveis» do SSE, incluindo o seu director-geral, general Manuel Vieira Dias «Kopelika», e o vice-director-geral, coronel Fernando Mi-

la. O SSE é o continuador da CIM (Contra-Inteligência Militar), um serviço que funcionava apoiado na cooperação cubana. É voz corrente que o SSE, por vezes actuando em articulação com a componente civil dos serviços angolanos, tem em Portugal uma rede não só numerosa como muito activa. Um major formalmente colocado na Embaixada angolana, António de Andrade, é o elemento mais preponderante do SSE no nosso país.

Mas há informações credíveis segundo as quais a par da rede visível existe uma outra, clandestina e mais heterogénea. Funcionam em conexão com ela, por exemplo, muitos quadros angolanos, incluindo médicos militares, actualmente a efectuar estágios em Portugal.

Continuação da pág. 12

Progress, maybe

collapsed two months ago. The UN's relief effort has been blocked. Now its secretary-general is seeking a further three-month extension of the UN's mandate. The UN has revamped its aid programme, backed by an appeal for \$225m, with the apparent approval of both sides. Relief flights began, as scheduled, on July 15th. And fresh UN-supervised talks are at least on the cards.

Angola has been here before, though. The UN launched yet another effort to feed the starving with much fanfare on June 21st. The plan, born of endless inter-agency discussions, got guarantees of security from both the government and the rebels. The World Food Programme was to spearhead a six-week operation to aid both government- and rebel-run areas, including cities like Kuito and Menongue which had not had any aid for months because of the fighting.

It looked a hopeful prospect—and it lasted less than 36 hours. The government halted the effort after UNITA had vetoed flights to Kuito, Menongue and Malanje, claiming the airports of these towns were unfit. The government said UNITA merely wanted to seize them by force before allowing food aid in.

Not everybody shares Mr Beye's optimism about the goodwill he has encountered. Other negotiators have been markedly less generous about UNITA. The latest meeting of the troika of observer nations—Portugal (Angola's ex-colonists), Russia (the government's ex-allies) and America (UNITA's ex-sponsors)—produced a communiqué bluntly blaming UNITA for the impasse, and expressing sympathy with the government's demands for more weapons. The Americans, who have just lifted a long-standing embargo on the sale of "non-lethal" military equipment to Angola, seem anxious to do right by the government.

Ajuda em céu fechado

EXPRESSO, 24.7.93

OS VOOS humanitários para o interior de Angola continuam suspensos, desde 15 de Julho, após um avião fretado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas ter sido alvejado a escasos metros da pista de M'Banza Congo, capital da província do Zaire.

O incidente provocou uma polémica entre os funcionários da Unavem e das agências da ONU envolvidas nestas operações. Segundo uma fonte que solicitou o anonimato, foi desrespeitada uma regra segundo a qual o avião não deveria ter sido enviado para M'Banza Congo sem ter obtido junto de uma fonte independente e idónea a confirmação de que os militares da UNITA tinham autorizado a operação. No caso concreto, o representante da Caritas em M'Banza Congo teria avisado a Unavem em Luan-

da de que não conseguira contactar o comandante da UNITA.

Segundo pessoas que conseguiram fugir da zona e falaram com o EXPRESSO, a maioria dos militares que ocupam M'Banza Congo é constituída por adolescentes indisciplinados e mal enquadrados que «disparam contra tudo e contra todos», criando uma situação de grande insegurança.

O relatório apresentado pela UNITA, que atribui o incidente a um «erro técnico de comunicação» e promete adoptar as medidas necessárias para evitar que incidentes semelhantes «se repitam no futuro», está a ser analisado pelos técnicos de segurança das Nações Unidas em Luanda, que deverão decidir se existem ou não condições para retomar as operações.

A polémica provocada pela

operação «Restaurar a Esperança» na Somália divide a ONU e adstra a outras intervenções de emergência em zonas de guerra.

Para uns, é preciso recorrer a todos os meios, incluindo os militares, para socorrer as populações em perigo. Para outros, corredores humanitários e escoltas militares são meros alibis para adiar a solução — política ou militar — dos conflitos.

Em Angola, o empenho do secretário-geral, Butros Butros-Ghali em implementar o Plano de Ajuda de Emergência decidido pela ONU e o desejo do Governo de Luanda de reabater as populações das cidades isoladas do interior impedindo a UNITA de averbar novas «vitórias» militares pela tática medieval do cerco sujeitam a UNAVEM a fortes pressões.

M.G.

Final do Orion-93 com festa em Santa Margarida

Exército está disposto a continuar em Angola

NO CAMPO Militar de Santa Margarida foi ontem assinalado o Dia do Exército. As celebrações coincidiram com o fecho do exercício Orion, pela primeira vez realizado com base em doutrina e táticas aplicáveis em missões militares ao serviço da ONU. O exercício foi qualificado como exemplar e pioneiro entre as forças armadas europeias. E o Exército declara-se disposto a um maior protagonismo em África.

O general Cerqueira Rocha, chefe do Exército, considera a participação das Forças Armadas portuguesas indispensável em quaisquer tentativas para se alcançar a paz em Angola. Com o cuidado de não se enredar na malha política, o general afirmou que a "acção dos militares do Exército, em colaboração com os outros ramos, foi dedicada e eficaz" em tudo o que diz respeito aos programas de formação das forças armadas de Angola.

Perante o ministro da Defesa e estrutura superior das Forças Armadas (general Soares Carneiro, almirante Fuzeta da Ponte e general Mendes Dias) o chefe do Exército

tado-Maior do Exército (CEME) disse que a acção dos militares portugueses em Angola se desenvolveu "nos objectivos fixados" e a chefia militar "pensa, com convicção que o retomar desses programas significa uma componente indispensável para assegurar a paz em Angola".

Primeiro balanço

Esta data, de 25 de Julho, tinha sido tomada por Cerqueira Rocha como ideal para primeiro balanço do seu exercício como chefe do Exército. Uma promessa que tinha feito em Janeiro, quando anunciou na Academia Militar as prioridades e linhas de acção para os próximos três anos.

Os três programas nucleares para Cerqueira Rocha estão no bom caminho. É, em primeiro lugar, o levantamento "do Comando de Tropas Aerotransportadas", com a transferência dos Para-que-distas para o Exército em Janeiro de 1994. Em paralelo a transformação da actual Brigada Mista em unidade mecanizada. O terceiro programa é

a dotação do Exército com uma unidade de aviação ligeira (helicópteros), tida como ambição antiga das forças militares terrestres.

Cerqueira Rocha manifestou-se confiante. Tudo isto está contemplado na recentemente aprovada Lei de Programação Militar, restando saber até que ponto a vontade política do ministro Fernando Nogueira conseguirá, a médio prazo, vencer a concorrência de alguns dos seus pares em cada "época" do orçamento do Estado.

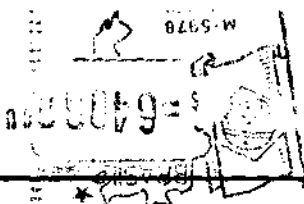
Lá para Outubro, quando se começar a desenhar o orçamento, Fernando Nogueira sabe que os chefes militares vão pretender que as despesas com as chamadas missões "inopinadas" tenham cobertura orçamental própria, em vez de fazerem encolher substancialmente as verbas destinadas ao funcionamento regular de cada ramo.

Cerqueira Rocha disse claramente que o Exército "está apto para cumprir novas missões". Desde que a LPM seja executada, que haja suficiente reforço dos orçamentos que "asseguem os recursos indispensáveis à

operação e manutenção dos meios". Há ainda a componente social nas Forças Armadas. O general Rocha não a esqueceu. A chamada "família militar" foi sacudida por todo o processo de modernização e esse teve "custos pessoais, familiares e sociais" que significaram "sacrifício assumido com lealdade e disciplina embora pouco reconhecido pela nação", disse o general CEME, citando Soares Carneiro.

O general quis fazer saber que a instituição militar, no caso o Exército, não está a descuidar problemas que aparecem como consequência directa do próprio processo de reconversão das Forças Armadas. O Estado vai ter que suportar alguns custos sociais resultantes de transferências de pessoal, deslocações inesperadas das áreas de residência. Tudo isso implica lançar um plano de acção "de apoio social" que abrange questões como habitação, apoio à escolaridade e melhoria das condições de acesso aos meios de saúde. São objectivos do CEME que o ministro da Defesa promete olhar com bons olhos. ■ C.C.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinildo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glória da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 039 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.



HD

IMPRESSO